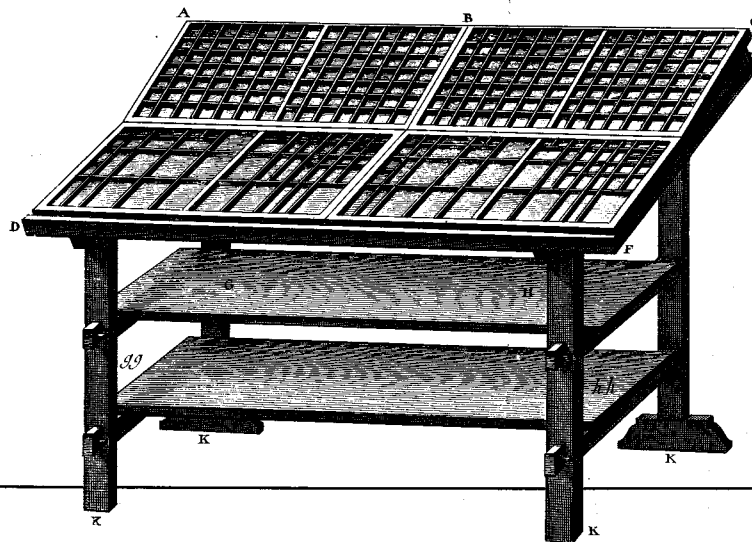


PESQUISA EM EDUCAÇÃO



A PESQUISA EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

CONVERSANDO SOBRE PROBLEMAS, PERSPECTIVAS E PRIORIDADES

Sofia Lerche Vieira
Da Universidade Federal do Ceará

Trabalho, apresentado no simpósio "Os Impasses da Pesquisa em Educação no Brasil", realizado na III Conferência Brasileira de Educação, Niterói, outubro de 1984.

"Dir-se-a que o que cada indivíduo pode fazer é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro apenas até certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; e, se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por um elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível" (Gramsci, 1966, p. 40).

Fazer pesquisa em Educação no Brasil não é uma tarefa simples, por uma série de razões que a maioria de nós bem conhece. Estamos lidando com uma área que não tem se configurado como prioritária no quadro das políticas governamentais brasileiras. Alguns dirão que a própria sociedade brasileira não atribui prioridade à educação,¹ mas sabemos que quem não valoriza a educação o faz porque já conquistou o acesso à ela e não tem a perspectiva democrática de que "a educação é um direito de todos", bandeira de luta dos educadores brasileiros e dos setores da sociedade comprometidos com os interesses da maioria do povo brasileiro.

Se a Educação como um todo não se constitui efetivamente como uma prioridade, o que dizer da pesquisa educacional? Para termos uma idéia de como é recente a institucionalização da pesquisa em Educação no país, basta lembrar que somente em 1938, com a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, hoje denominado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) "a produção do pensamento pedagógico brasileiro encontrou um espaço específico para o seu desenvolvimento" (Gatti, 1983, p. 225). Entretanto, apenas a partir do final dos anos sessenta começaram a ser implantados no Brasil programas sistemáticos de pós-graduação. Com a consolidação da reforma de 1968 vieram os programas de pós-graduação em Educação (*stricto sensu*), que responderam por alguns dos trabalhos mais relevantes produzidos na área. Até 1981 foram implantados 27 programas de pós-graduação em Educação, em funcionamento em 22 instituições de ensino superior, que resultaram na produção de 549 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado concluídas até então (Gatti, 1983, p. 235-6). De 1972 a 1982 o INEP financiou 264 pesquisas em Educação (com conclusões previstas até 1984), significando uma média de 24 pesquisas financiadas por ano (Centeno, 1984). Isto tudo ainda é muito pouco diante das demandas que o país apresenta, e do fato de que a maioria das pesquisas realizadas em Educação ainda é fruto de iniciativas individuais e não conta com nenhum apoio financeiro institucional (UFBA, 1983, p. 183)². Considerando que cerca de 80% das pesquisas em Educação no período 1978-1983 realizou-se em universidades (Gatti, 1984)³, e atendendo para a crise dessas instituições, verifica-se facilmente a fragilidade das condições para o exercício da pesquisa que ora se realiza no Brasil. Ainda que exista "hoje um consenso de que a pesquisa educacional efetivamente melhorou neste país" (Garcia, 1984, p. 1), muito ainda está por ser feito, tanto a nível dos agentes, como das agências de pesquisa. Como esta é uma conversa entre educadores (e) pesquisadores, acho que o momento é sobretudo oportuno se nos propomos a efetuar a passagem "das críticas às propostas de ação". Quais são os limites e as possibilidades do diálogo que podemos realizar entre nós e com as instituições de financiamento e de produção da pesquisa? Eis uma questão que se coloca na busca de soluções para os impasses com que nos defrontamos.

Ainda que a leitura dos problemas postos pelo fazer pesquisa em Educação sempre passe pelo viés de um sujeito individual, penso que um debate como este colocano-nos diante da responsabilidade social de fazer ouvir através de nós a fala de tantos ausentes/presentes nesta

conversa, cujo pensamento não encontra canais de verbalização. Na condição particular de alguém que faz pesquisa no Nordeste, sinto-me diante de um duplo desafio: primeiro, fazer calar meu "eu individual" para deixar falar o "eu coletivo"; segundo, fazer falar não apenas o pesquisador nordestino, mas o pesquisador que luta fora do eixo Centro-Sul. Ainda que a questão nordeste tenha peculiaridades, das quais grande parte de nós estamos conscientes e cujo teor mereceria uma reflexão aprofundada, penso que nesta oportunidade específica a prioridade deve ser da coletividade que aqui representamos, isto é, das regiões que de alguma maneira ou de outra, acabam por constituir-se nas "periferias" do Sudeste. É óbvio, por exemplo, que a maioria dos problemas no Nordeste difere estruturalmente dos problemas do Sul. Há, contudo, entre essas regiões divergentes em tantos aspectos, elementos de identidade, no que se refere à participação na produção e no consumo da pesquisa em Educação. Nesse sentido, estou convicta de que não há solução regional para o problema do Nordeste e das demais regiões brasileiras, embora alternativas regionais não só possam como *devam* ser consideradas. Os impasses do Nordeste são impasses do Brasil e programas assistencialistas apenas postergarão para o futuro os desafios que o presente nos apresenta. O *desenvolvimento desigual combinado* serve somente aos interesses dos poderosos, e a força dos "fragéis" reside na sua capacidade de associação. Não há soluções individuais para os impasses da pesquisa em Educação no Nordeste, ou em qualquer região deste país. Enquanto os financiamentos atenderem a interesses subjetivos, enquanto lutarmos por causas individuais, nossa luta estará fadada à derrota.

No quadro das dificuldades inerentes ao fazer pesquisa educacional nas periferias do país, penso que um aspecto relevante a considerar é o *isolamento* em que nos encontramos em relação aos centros decisórios da nação. Como consequência, tudo que não estiver no âmbito do sistema nacional de comunicações chega até nós como que em câmera-lenta. Os livros e as revistas, quando chegam, vêm sempre em atraso. As informações sobre eventos nacionais são defasadas. Quantos de nós nunca ouviram falar de uma Conferência Brasileira de Educação?

1 Comentário do deputado federal Victor Faccioni (PDS/RS), em *Política de Pesquisa Educacional*, promovido pelo MEC/INEP, Brasília, 27 e 28 de setembro de 1984.

2 Em levantamento sobre a situação da pesquisa educacional no Nordeste, realizado em 1981, constatou-se que apenas 40% dos grupos de pesquisa tinha algum tipo de financiamento e este era em geral, "incerto, esporádico e insuficiente". Para maiores esclarecimentos: UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudo Interdisciplinares para o Setor Público (ISP). Mestrado em Educação. *Levantamento da pesquisa educacional no Nordeste*. Salvador, 1983, 160 p.

3 As pesquisas realizadas em universidades foram distribuídas entre: federais (62%), estaduais (16%) e particulares (4%). As demais foram desenvolvidas em centros/institutos de pesquisa (18%) e secretarias de Educação (2%). Ver GATTI, Bernadete. *Pesquisa em Educação no Brasil: uma visão panorâmica*. Texto apresentado no seminário de *Política de Pesquisa Educacional*, promovido pelo MEC/INEP, Brasília, 27 e 28 de setembro de 1984.

Aliás, não teria sido um acaso terem elas sido todas realizadas na região Sudeste. No que se refere às fontes de financiamento, parece haver um estranho ritual de sonegação das informações. Os órgãos de pesquisa das universidades, em geral afogados em tarefas burocráticas não encontram formas adequadas de disseminação das formações e quando o pesquisador resolve procurá-las corre o risco de ouvir que "as agências de fomento não fornecem esses dados às universidades". Se o pesquisador é insistente e rompe a barreira da inércia tentando chegar aos próprios órgãos financeiros, deles ouve um argumento que se equaciona na "lógica de confiança" das instituições: "as informações foram enviadas às universidades, elas é que não se empenham em divulgá-las". As responsabilidades, que cabem a todos, nunca são integralmente assumidas e, assim, vai se perpetuando o círculo da sonegação das informações. Se o pesquisador é capaz de superar os bloqueios iniciais, descobrindo que as fontes existem e não são poucas, depara-se com outros tipos de obstáculos a transpor. Começam, então, a ser acionados mecanismos os mais diversos que sob o rótulo de "seleção", impedem o acesso às fontes de financiamento da pesquisa. Todo um processo de triagem, apenas em certos casos procedentes, começa a ser posto em ação, sem que os pesquisadores, via de regra, tenham acesso aos mecanismos de seleção adotados pelas diferentes instituições. Que critérios, técnicos e políticos são adotados? Que prioridades são consideradas? Que outros aspectos informam as decisões sobre aprovação/rejeição dos projetos? Enviar uma proposta de pesquisa a uma agência financiadora é sempre um "tiro no escuro", particularmente para aqueles que realizam seu trabalho longe das instâncias onde estas informações circulam. Grandes são as lacunas a preencher nessa direção. Se as agências financeiras não ocupam este espaço, pesquisadores e demais interessados devem lutar para que isso aconteça, reivindicando — com "competência técnica" e política as informações e os recursos que têm sido negados à comunidade de pesquisa em Educação no Brasil.

Do mesmo modo como nós, habitantes das periferias, estamos ilhados, desconhecendo o que se faz no Centro-Sul, também os habitantes desta região encontram-se, em certo sentido, à margem do Brasil que pulsa fora do "país central". Quantos pesquisadores do Sudeste têm conhecimento das pesquisas que fazem no Nordeste ou no Sul? Alguns poderão pensar: " — e existe pesquisa educacional fora do eixo Sudeste?" — O desconhecimento é, neste caso, ainda maior do que o das demais regiões com relação ao Centro-Sul. De algum modo, os "produtos culturais" chegam às periferias e nelas são consumidos avidamente. Os educadores de destaque no cenário central também brilham nos outros polos geográficos do país. A agenda dessas estrelas, muitas vezes constatamos, está sempre preenchida com compromissos nos mais longínquos quadrantes do Brasil. Só que, lamentamos, este brilho é sempre individual e passageiro. Os iluminados vêm e vão, deixando um rastro de admiração e desencanto: " — por que não chegamos a esse nível de elaboração?". Precisamos mapear todos esse brasis deste Brasil aparentemente homogêneo em sua composição. Quem está pesquisando? O quê? Onde? Sob que enfoque teórico-metodológico? Pouco se sabe ainda.

Para nós, pesquisadores do Norte, do Sul, do Nordeste e do Centro-Oeste é necessária uma consciência clara da distinção entre os temas do debate do Centro que têm a ver com a nossa realidade, daqueles que se constituem em meros modismos. Não se pode esquecer que o próprio patamar de modernização atingido na região Centro-Sul gera condições e temas defasados em relação à problemática de outras regiões brasileiras. Se a dependência externa que criticamos em relação ao país, também tem sua componente interna no campo das idéias que circulam em Educação, é tempo de nos libertarmos das malhas com que a dependência cultural comodamente nos envolve.

Um trabalho inicial de objetivação do quadro da pesquisa educacional no país começa a ser feito por parte de algumas agências financiadoras. Surgem resultados alentadores e o panorama apresenta sinais de movimento. Não sei se atribuir apenas ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) o esforço mais sistemático de traçar um quadro objetivo da pesquisa educacional no Nordeste e promover a reflexão e o debate em torno das questões de pesquisa da região, o fato é que mudanças podem ser observadas no próprio financiamento da pesquisa nesta região. O Nordeste, com efeito, nos últimos anos passou a ocupar o segundo lugar em termos de número de projetos financiados pelo INEP (Centeno, 1984)⁴. Mas, a situação do financiamento ainda está longe de ser satisfatória. Basta lembrar que somente no levantamento realizado pelo CNPq em 1981 no Nordeste, foram contratados 240 pesquisadores em Educação, amostra estimada em "aproximadamente metade da população alvo" (UFBA, 1983, p. 97-8).

Se de um lado somos atingidos pelo isolamento geográfico, não é esta a única face da solidão do pesquisador em Educação. Também como área específica do saber a pesquisa educacional está isolada. Sendo a Educação "ao mesmo tempo uma área de conhecimento teórico e de atividade prática" (Mello, s. d., p. 19) na qual todos se envolvem, é de se surpreender a solidão desta área, tanto do ponto de vista interno, quanto externo: o pesquisador em Educação é um solitário entre seus pares e entre os pesquisadores de outras áreas. À medida em que espaços próprios para a discussão sobre as questões educacionais vão sendo conquistados, outros espaços, igualmente importantes, de debate interdisciplinar vão sendo

⁴ Do total de projetos financiados no período 72-82, o Sudeste recebeu o INEP 62% dos recursos e o Nordeste 33%. Ver Centeno, Tabela 9. Ao examinar 374 pesquisas no período 78-83, Gatti verifica que a distribuição regional de pesquisas educacionais assim se organiza: Sudeste 42%, Nordeste 34%, Sul 16%, Norte 4% e Centro-Oeste 4%. Ver Gatti, 1984, Tabela 2.

Outra pesquisa, sobre trabalhos apresentados em reuniões anuais da SBPC e na ICBE (Conferência Brasileira de Educação), bem como sobre artigos publicados 10 primeiros exemplares da revista *Educação e Sociedade*, apresenta o seguinte quadro de participação regional: Sudeste 73,2%, Nordeste 7,9%, Sul 5,1%, Centro-Oeste 2,9% e Norte 0,1%. Os trabalhos classificados em "Outros" representam 10,7% da amostra examinada (foram aqui enquadrados trabalhos de procedência internacional, não identificada e variada) Ver Vieira, 1984, Quadro XXVII.

abandonados, como se pode observar, por exemplo, com relação ao número de comunicações orais apresentados em reuniões anuais da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) (Vieira, 1984, p. 5 e 6)⁵. Penso que perder este e outros fóruns de discussão constitui um erro tático e estratégico que não pode ser cometido, uma vez que os pesquisadores necessitam também deixar de "falar entre si e para si" para passarem "a ter como interlocutores outros segmentos da sociedade, todos envolvidos e interessados" (Gatti, 1984, p. 244). Muitas vezes que está envolvido no fazer educacional está de tal modo imbricado nas questões postas pelo cotidiano que se perde de vista a perspectiva histórica do *devenir*.

Será também a partir do diálogo com os demais interessados que certamente poderão emergir temas e conteúdos mais pertinentes de investigação. O pesquisador em Educação tem se concentrado, talvez em excesso, na análise de temas, que muitas vezes, não colaboram na solução dos problemas educacionais da maioria. E aqui se coloca uma das questões centrais da pesquisa em Educação: a quem serve aquilo que o objeto da investigação procura desvelar? A destinação social daquilo que o pesquisador educacional faz é um aspecto que deve ser considerado, se estamos interessados na "construção da sociedade social da pesquisa"⁶ neste país. Enquanto esta necessidade não for encarada como um *compromisso* da comunidade de pesquisadores, creio que muito pouco poderá mudar no panorama do exercício da pesquisa educacional no Brasil.

Do quadro que venho procurando esboçar penso ser possível extrair alguns elementos para posterior aprofundamento. A realidade concreta parece mostrar-nos que não há saídas individuais, isoladas e regionais para uma superação dos impasses com que se defronta a pesquisa educacional no país. Para isto é preciso aprender a ver claro. É necessário ter antes de tudo consciência do papel desempenhado por aqueles que não são nossos aliados na luta pela melhoria das condições de educação da maioria dos brasileiros, para que possamos ter "plena consciência" de nossa missão. Somente assim, será possível "pesar no equilíbrio final das forças" o nosso "efetivo poder de intervenção" de "determinar um resultado mais avançado" (Gramsci, 1980, p. 80). Nesse esforço e nessa luta não custa lembrar outra vez uma das lições de Gramsci: "é preciso evitar que a questão seja colocada

em termos "intelectualísticos", e não histórico-políticos. É pacífico que a 'clareza' intelectual dos termos da luta deve ser indispensável. Mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão generalizada e constitui a premissa de uma vontade forte" (1980, p. 80-1).

Como efetuar a passagem da *pesquisa solitária* à *pesquisa solidária* é o desafio que ora se coloca para todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CETENCO, M.L. *Onze anos de pesquisa no INEP: 1972/1982*. [Relatório oral apresentado no Seminário de Política Educacional. Brasília, MEC/INEP, 27-28, set. 1984.]
- GARCIA, W. E. *Para onde vai a pesquisa educacional?* [Trabalho apresentado no Seminário de Política de Pesquisa Educacional. Brasília, 27-28 de 1984. (Xerox) Tabela 1.]
- GATTI, B. A. Avaliação e perspectivas - 1982. *Ciências Sociais Aplicadas: Educação*. Brasília, SEPLAN/CNPq, 1983.
- _____. *Pesquisa em educação no Brasil: uma visão panorâmica*. [Trabalho apresentado no Seminário de Política Educacional. Brasília, MEC/INEP, 27-28 set. 1984. mimeo.]
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. 341 p.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 4 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 444 p.
- MELLO, G. N. de Pesquisa em educação: questões teóricas e questões de método. xerox.
- SEMINÁRIO DE POLÍTICA EDUCACIONAL. Brasília, MEC/INEP, 27-28 set. 1984. xerox.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público (ISP). Mestrado em Educação. *Levantamento da pesquisa educacional no Nordeste*. Salvador, UFBA/ISP, 1983. 176 p.
- VIEIRA, S. L. coord. *O pensamento pedagógico da abertura: relatório final*. Fortaleza, INEP/FCPC, 1984. 73 p.

⁵ Com referência a este aspecto, vale observar que enquanto o setor de Ciências do Homem como um todo apresentou nas reuniões anuais da SBPC um crescimento inusitado na última década, a sub-área Educação manteve uma participação reduzida. De 1970 a 1981, a Educação contribuiu com 854 das 24.655 comunicações inscritas nas reuniões anuais, representando uma média de 3,5% do total de comunicações inscritas no período. Observa-se inclusive, um decréscimo na relação das comunicações apresentadas pela sub-área Educação: em 1970 estas representam 5,3% do total de comunicações inscritas e em 1981, 3,1%. Conferir Vieira, 1984, p.5 e 6.

⁶ Expressão utilizada pelo Prof. Samuel Sá (UFPA), no Seminário de *Política de Pesquisa Educacional*, promovido pelo MEC/INEP, Brasília, 27 e 28 de setembro de 1984.